



## O MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO: uma análise crítica acerca dos embates gerados na vida da classe trabalhadora

Priscilla Brandão de Medeiros<sup>1</sup>

**Resumo:** O mundo do trabalho, desde o advento da Revolução Industrial no século XVIII até os dias atuais, é caracterizado por um verdadeiro processo de transformações sócio-econômicas nas esferas que vão desde os modos de produção até as relações sociais. Contudo, contextualizar os principais paradigmas que norteiam o mundo do trabalho contemporâneo vem a ser o objetivo deste trabalho, o qual se propõe a discutir sobre as principais inflexões que permeiam a sociedade atual, a partir da crise de 1970, que culminou na queda do modelo de produção taylorista/fordista e da política de Estado Keynesiana, e propiciou o advento do modelo japonês – toyotista – e a política Neoliberal, de cunho privatizador, fazendo o paradoxo das principais problemáticas que rebateram diretamente com o contexto de vida da classe trabalhadora, a grande afetada por todo este arsenal. E conclui-se, a partir das análises críticas dos estudos que envolvem tal debate que, o Estado capitalista/neoliberal finda por precarizar e explorar, de forma alienadora, as condições de trabalho e as relações de garantia de direitos sociais conquistados, fazendo com que essa classe que vive do trabalho vislumbre a mais perplexa barbárie quanto a violação de seus direitos, em especial, no acesso ao trabalho.

**Palavras chaves:** Trabalho, Classe Trabalhadora e Estado.

**Abstract:** The world of work, since the advent of the Industrial Revolution in the eighteenth century to the present day, is characterized by a genuine process of socio-economic transformations in spheres ranging from modes of production to social relations. However, contextualize the main paradigms that guide the contemporary world of work has to be the aim of this work, which aims to discuss the main trends that permeate today's society, from the crisis of 1970, which culminated in the fall of model production Taylorist / Fordist and Keynesian política State, and fostered the advent of the Japanese model - toyotist - and neoliberal policy, privatization of nature, making the paradox of the main issues that directly countered with the context of the working class, the vast affected by this whole arsenal. And it appears, from critical analyzes of studies involved in this debate that the state capitalist / neoliberal ends by precarious and explore, so alienating, working conditions and relations of social rights won garantia, causing this class of work that lives vislumbre more perplexa barbarism as a violation of their rights, in particular access to work.

**Keywords:** Work, Working Class and State.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: copin\_brandao@hotmail.com



## I. INTRODUÇÃO

Os modos de produção têm enfrentado mutações decorrentes do processo sócio-econômico vivenciado época a época. O século XX foi palco de significativas transformações sofridas pelo mundo do trabalho rumo a sua organização fabril. A centralidade do trabalho também é alvo de discussões e debates, incluindo a segregação da classe trabalhadora.

São avanços científicos, tecnológicos e econômicos, porém, em contrapartida, assiste-se a flagelação da sociedade trabalhadora, que se encontra cada vez mais alienada em meio aos modos de produção.

É a economia “quebrando” distâncias e barreiras territoriais na busca de mão de obra barata. É um mundo que gira em torno da obtenção do lucro e da mais-valia, a partir da exploração da força de trabalho de uma parcela maior da população que depende, exatamente, da venda desta força de trabalho como meio de garantir sua sobrevivência.

São mulheres, crianças e toda uma gama da sociedade trabalhadora que vem a ser explorada e oprimidas diante do complexo capitalista/neoliberal. São conquistas e ganhos sociais que passam a ser desprezíveis pelo binômio supramencionado, a partir da realidade de perplexa barbárie que assola a garantia dos direitos sociais e trabalhistas ora conquistados, mas não concretizados.

É meio a tal reflexão que este trabalho norteia e problematiza as discussões em torno dos embates que caracterizam o mundo trabalho contemporâneo, fazendo uma análise sócio-histórica acerca dos modelos de produção taylorista/fordista e o toyotismo, os quais são os responsáveis pela conjuntura vivenciada nesta contemporaneidade e que afeta, diretamente, a vida da classe trabalhadora. E para fomentar ainda mais a discussão, faz-se referência a política neoliberal, a qual media as relações sócio-econômicas do Estado para com os interesses do capital.

## II. NEOLIBERALISMO E TOYOTISMO: uma análise dos paradigmas de produção e da política norteadora do mundo do trabalho atual



O binômio Taylorismo/Fordismo foi o modelo de produção implementado e, caracterizador da produção, por quase todo o século XX, o qual vinha a ser caracterizado por uma produção homogeneizada, em massa e em série, sendo marcada por uma profunda verticalização. Segundo Antunes (2000, p. 36/37):

[...] esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição de tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de desatropornorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada. Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, recendo vínculos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *sawir-faire* do trabalho, “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva.

O trabalhador era percebido e encarado como um complemento da maquinaria dentro do processo de produção. O mesmo realizava tarefas rotineiras por uma longa jornada de tempo, o que acarretava em ações mecanizadas. Salientando ainda, as péssimas condições quanto ao ambiente de trabalho, geralmente era lugares com pouca iluminação, sem circulação de ar, dentre outros fatores insalubres. Para isso, Pinto dirá (2007, p. 45):

[...] a ideia fundamental no sistema taylorista/fordista [...] é elevar a especialização das atividades de trabalho a um nível de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se efetivamente um apêndice da máquina, repetindo movimentos tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executados por qualquer pessoa, sem a menos experiência de trabalho no assunto.

A alienação causada mediante a forma como era exercido o modelo de produção taylorista/fordista para com a classe trabalhadora, era de uma magnitude tamanha. Neste modelo, não era exigido do operariado uma elevada qualificação profissional, diferentemente do modelo atual – Toyotista – o mesmo era visto como um “robô” que auxiliava a maquinaria. Era totalmente desprezível a intelectualidade do trabalhador, como próprio afirma Pinto (2007, p. 46):



As qualidades individuais de cada trabalhador, suas competências profissionais e educacionais, suas habilidades pessoais, toda sua experiência, sua criatividade etc., sua própria 'iniciativa', [...] são praticamente dispensáveis no sistema taylorista/fordista – salvo a capacidade de conseguir abstrair-se de sua própria vontade durante um longo período de tempo de sua vida.

Contudo, o modelo fordista teve seu êxito no período pós-guerras, onde a indústria automobilística expandiu-se como diz Parkinson (*apud* PINTO, 2007, p. 45):

A fábrica de Ford, em seu ponto de pico, após 1913, produzia um modelo T a cada 15 segundos e, em meados da década de 1920, suprimindo mais da metade da demanda dos Estados Unidos, as instalações Ford podiam produzir mais carros em 3 meses do que toda a Europa em um ano.

Todo esse arsenal vinha a ser favorável com a estabilidade da economia tendo em vista que possibilitava o consumo maciço, até então, da produção do modelo taylorista/fordista. Além das questões relacionadas ao modelo de produção vigente, tem-se que considerar também o modelo de Estado que vigorava e dava a sustentação à forma como se estabeleciam as relações entre o capital e o trabalho: o Estado de bem-estar social. Para isso, Pinto (2007, p. 49) discorrerá:

Basicamente, trata-se de um modelo de governo em que a iniciativa pública, por meio dos aparelhos estatais, é concebida como pilar fundamental não apenas áreas de saúde, educação e segurança, mas também quanto às políticas previdenciárias, de emprego e de renda da classe trabalhadora; no âmbito do mercado, o Estado assume ainda o papel de um agente essencial na condução do desenvolvimento econômico, seja através de intervenções reguladoras nas políticas comerciais, financeiras e industriais, seja constituindo empresas em pontos estratégicos das cadeias produtivas. No Brasil, embora com diversas particularidades com relação às experiências dos países capitalistas centrais, denominou-se esse estilo de política estatal como sendo 'desenvolvimentista', tendo vigorado, grosso modo, no período entre década de 1930 e a de 1980.

Entretanto, nos primórdios da década de 1970, é possível observar uma nova crise econômica, que teve desdobramentos tanto na forma de articulação entre o capital e o trabalho, como na configuração do Estado. Nas palavras de Pinto (2007, p. 50):

Começando pela esfera da economia, no plano macroeconômico as contas externas da maioria dos países foram altamente desequilibradas em meio aos choques ocasionados pelo súbito aumento geral dos preços do Petróleo (OPEP), em 1973 e em 1979, bem como devido às sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar, praticamente impostos pelos EUA a partir de então, como em 1978 e em 1985. Como decorrência desse quadro, iniciaram-se as primeiras grandes variações nas taxas de câmbio das economias nacionais, acentuando a internacionalização e o já crescente volume de investimentos em capitais financeiros, que, por meio da tecnologia microeletrônica aplicada à informação, passaram a especular sobre essas flutuações cambiais.



Diante deste novo quadro agora vigente, múltiplas foram as caracterizações que nortearam o mercado de trabalho. A política de consumo foi a grande afetada, uma vez que ocorreu uma relativa baixa na procura e venda de mercadorias, como também diz Antunes (2000), houve queda nas taxas dos juros, o próprio esgotamento do padrão de acumulação até então vigente – taylorista/forsdista, a crise do modelo de Estado – Welfare State, e o forte incentivo as privatizações dos órgãos públicos.

Este novo cenário conjuntural que ora se apresentava, passou a exigir que a política de mercado redirecionasse suas estratégias, levando uma maior qualidade e personalização aos produtos.

Mediante a exigência desses requisitos, segundo Pinto (2007) a organicidade da produção nos mercados passaram a se fundamentar em critérios como: a alta flexibilidade da produção, a qual tinha como foco a fabricação de diferentes produtos em um tempo cada vez menor, os altos índices de qualidade dos produtos, baixos preços finais, a partir da introdução do trabalho morto em substituição, em grande escala, do trabalho vivo dentro das fábricas e, a entrega rápida e com controle de qualidade exigido pelo cliente.

Contudo, diante das percepções supramencionadas, pode-se perceber que tais alterações mercantológicas vieram ameaçar e questionar o modelo de produção até então vigente, uma vez que a produção em massa e homogênea não atendia mais aos interesses da população consumidora nem tampouco do mercado competitivo.

Surge, portanto, uma nova proposta de produção, baseada no modelo japonês – o Toyotismo – o qual a produção passou a caracterizar-se como verticalizada, heterogênea e com contingentes de trabalhadores concentrados em grupos especializados. A exigência sobre o trabalhador passou a ser maior, uma vez que este tinha que ser polivalente e desempenhar mais de uma função, e seus conhecimentos sobre a produção passaram a ser apropriados, de modo que sua capacidade intelectual torna-se, também, objeto de expropriação.

Foi então, que o modelo japonês – o Toyotismo – ganha visibilidade no mercado, uma vez que trazia para o processo de produção as exigências cabíveis ao aceleramento que os mercados consumidores passavam a dinamicizar, sendo isso concretizado através da introdução da Informatização e da Robótica dentro das fábricas, com o intuito de aumentar a produção em um curto espaço de tempo, assim como baratear a mão-de-obra.



Contudo, a maquinaria introduzida estava cada vez mais potente e funcional. O trabalho de vários operários, por exemplo, vinha a ser desempenhado por uma só máquina. Em muitos casos, era suficiente apenas um trabalhador para manipular várias máquinas. E este trabalhador, por sua vez, tinha que estar em processo de qualificação constante, pois os avanços tecnológicos rem sucessivos.

A flexibilização, oriunda com o Toyotismo, possibilitou a aproximação de fronteiras comerciais. As transformações “abalaram” o mercado de trabalho e de consumo que presenciavam uma nova conjuntura econômica, e também, política.

Com isso, amplia-se o exército industrial de reserva, composto pelos muitos trabalhadores que não mais se enquadravam nos padrões do modelo Toytoista. Aumenta o o número de pessoas desempregadas e sem qualificação profissional que atenda aos interesses do mercado.

É a partir de então, que o comércio informal ganha espaço e torna-se o meio empregatício para este montante de trabalhadores desempregados. Estes, diante da realidade vivenciada, se veem sem a garantia dos direitos trabalhistas e sociais, ou seja, o Estado para o Estado estes trabalhadores não possuem garantia social.

No Toyotismo, diz Antunes (2000), os empregadores se favorecem mais que a massa trabalhadora de forma ainda mais gritante, uma vez que o capital trata de alinhar seus objetivos em benefício da classe burguesa, a detentora do capital. Assim como, nesta interfase pós-crise, o sistema econômico trata de criar meios que venham ao encontro da obtenção cada vez maior da mais-valia.

Aliado a todo este cenário, onde não somente a política de consumo se torna alvo, a produção se encontra de forma mais fragmentada e estruturada em uma lógica flexível e informacional. O trabalho se realiza em equipes, ao passo que cada um desenvolve uma etapa do circuito produtivo das mercadorias, num processo de quebra de fronteiras em busca da mão-de-obra barata através da mundialização da economia, o que faz surgir práticas conservadoras, como trabalho doméstico e em células familiares.

Contudo, esse arsenal econômico vigente desde a década de 1970 enfrenta significativas transformações que vêm atingir não somente parcela de trabalhadores, mas também, o mercado de consumidores e a todo o conjunto da sociedade. Associado às práticas econômicas implementadas e aprofundadas com o Toyotismo, surge uma política caracterizada pela intervenção mínima do Estado no aspecto



social, e que incentiva a provatização e a desresponsabilização do Estado com os direitos conquistados. A esta política denominou-se de Neoliberalismo.

Na Europa, a referida política ganha força em meados na década de 1970, com a crise do Estado Keynesiano, já no Brasil, o Neoliberalismo adentra por volta da década de 1990 como alternativa política frente aos impasses econômicos.

O Estado, contudo, que até então adotava uma postura significativamente intervencionista na economia, passa por um processo de reconfiguração, que Mota (1998, p. 30) discorrerá:

Para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise, especialmente em função do desemprego, da precarização do trabalho, dos salários e dos sistemas de proteção social, observa-se a construção de outras formas de sociabilidade marcadas por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise, fraturando suas formas históricas de organização e esgarçando uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital. Estas sociabilidades emergentes relacionam-se com a necessidade que tem o capital, neste momento, de criar novas formas de subordinação do trabalho. Ou seja, que permitam flexibilizar a produção e intensificar a produtividade do trabalho longe da tradição conflitiva que sempre permeou a relação entre patrões e empregados.

O que se pode observar, neste sentido, é uma vasta transformação no mundo do trabalho, a partir da introdução da política neoliberal, uma vez que o Estado transfere as responsabilidades, que até então são suas, para a sociedade organizada, que se encontra cada dia mais desprotegida de seus direitos, quanto o acesso e garantia.

Tais mudanças neoliberais aprofundam as desigualdades e ampliam o abismo que existe entre as classes. Esta divisão ganha contornos mais nítidos depois da introdução da política neoliberal, acompanhada do capitalismo contemporâneo. Diante do exposto, Behring (2003, p. 60) tratará a seguinte observação:

[...] com a mundialização, uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento, com claras tendências antidemocráticas. Nesse sentido, a hegemonia burguesa no interior do Estado afirma-se de forma contundente com o neoliberalismo, cujas políticas engendram uma concepção singular de democracia, que abandona a perspectiva do estado liberal de direito e de um tecido social mais denso e participativo [...]

Deste modo, em meio a todas estas mudanças, pode-se observar que o desemprego, a miséria, a fome e a pobreza são expressões da questão social, que se tornam mais atenuantes, e são características do cenário da transição dos séculos. A classe trabalhadora, por sua vez, torna-se desprotegida pelo aparelho estatal devido



às incessantes práticas de cunho neoliberal/capitalista que tratam os indivíduos de forma desumanizada.

As políticas sociais vem a ser usadas como instrumentos amenizadores das perplexas condições de sobrevivência em que se encontra a classe trabalhadora. Contudo, tais políticas são cada vez mais seletivas, focalizadas e fragmentadas, atendendo a parcela dos miseráveis dos miseráveis, em uma lógica descontínua. E valendo salientar ainda, que esta intervenção estatal por parte das políticas sociais foram êxitos da própria classe supramencionada, através de lutas sociais.

Todo esse quadro contribui para ampliar a inserção da classe trabalhadora na informalidade. Esta, não encontrando espaço no mercado de trabalho formal, finda por ir ao encontro, para garantir as condições “dignas” de sobrevivência, buscar oportunidades nos setores informacionais e terceirizados. Isso os tronam, inicialmente, desprotegidos do amparo do Estado a partir da política contributiva da Previdência Social.

Após a consolidação da política neoliberal, pode-se observar de forma mais clara, a submissão do Estado pelo mercado, conforme análises de Franca (2007, p. 136):

O neoliberalismo veio assegurar o domínio do mercado sobre o Estado, do privado sobre o público e, principalmente, do capital sobre o trabalho. Esses objetivos foram sustentados por uma apologia abstrata ao livre mercado. Foi por meio apologia que o neoliberalismo empreendeu seus objetivos concretos, que interessavam ao capital financeiro, ao imperialismo e à burguesia nacional, ficando prejudicados os interesses da maioria da sociedade.

No entanto, este era o novo perfil que se apresentava na economia e na política com o advento do neoliberalismo. Diante do decorrido, pode-se observar que não é interesse da referida política traçar estratégias que venham ao encontro dos benefícios e anseios da classe trabalhadora. Pelo contrário, o intuito da política neoliberal é, exatamente, atender os interesses do grande capital.

### **III.CONCLUSÃO**

Mediante as análises construídas no decorrer deste trabalho, percebe-se que, no Brasil, apesar das suas particularidades, os impactos neoliberais se processaram





de forma não diferente. É possível perceber a elevação da taxa de desemprego, dos índices de pobreza, assim como a privatização de empresas estatais.

Dessa forma, o que é possível vislumbrar no mundo do trabalho contemporâneo no Brasil são características ocasionadas pelo sistema econômico vigente mundialmente, o qual é embasado e apoiado pela ordem da acumulação flexível. Para isso, tem-se a política neoliberal para ir ao encontro do grande capital nesta contemporaneidade, trazendo implicações acerca do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas para a classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

FRANÇA, Gilberto Cunha. O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP). São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana. A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho. In: MOTA, Ana Elizabete (orgs). A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007